

Da racialização do sexismo ao sexismo identitário entre imigrantes na França contemporânea¹

*CHRISTELLE HAMEL**

RESUMO

Este texto examina a maneira como o racismo manipula a denúncia do sexismo e apresenta os efeitos desses discursos sobre as pessoas que são alvo de discriminação. Sustenta que, longe de diminuir as violências sexistas, as lógicas racistas que se escondem atrás do anti-sexismo tendem a reforçá-las. Nossa demonstração se apóia em dados recolhidos durante uma pesquisa sobre a experiência do racismo, sexualidade e a gestão dos riscos de infecção por HIV, conduzida entre 1997 e 2003 junto a 69 jovens, homens e mulheres, de idade entre 18 e 25 anos, na França.

Palavras-chave: Racismo; sexismo; sexualidade; imigração; França..

Recebido em: 30/11/2005.

Aprovado em: 20/04/2006.

Nas duas últimas décadas, as relações dos sexos entre emigrados do Magrebe² e seus filhos franceses chamaram muita atenção: os casos de casamentos forçados, de crimes de “honra” e “véu” foram objeto da mídia. Com a atenção voltada recentemente para as violações coletivas, as práticas sexistas nas comunidades dominaram mais uma vez o cotidiano político e midiático. Essas práticas foram inseridas nos debates sobre a “delinquência”, a “insegurança” e sobre “a integração dos jovens provenientes da imigração”, que marcaram as campanhas eleitorais municipais de 2001, e as legislativas e presidencial, em 2002.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, a questão da segurança interna foi reformulada na França, com base na ameaça real ou suposta do Islã, praticada por jovens nascidos de imigrantes magrebinos. Os debates levaram ao fortalecimento do voto na extrema direita, em 21 de abril de 2002, e ao endurecimento da política de segurança.

Em abril de 2003, durante a reunião da União das Organizações Islâmicas da França, realizada em Bourget, Nicolas Sarkozy, ministro do Interior, declarou que as mulheres muçulmanas deviam figurar sem o véu em suas carteiras de identidade. Um terceiro “caso de véu” tomou então o lugar da indignação desencadeada pelas revoltas e do medo causado pelos atentados. O véu adotado por algumas jovens foi então midiaticamente usado como sinal da progressão de um Islã integrista, particularmente sexista, promovido por pais e irmãos aos quais elas seriam completamente submissas. Essa interpretação resultou, em 15 de março de 2004, no voto pela proibição do porte de sinais religiosos na escola. Assim, as violências de homens sobre as mulheres no seio desse grupo minoritário formam um prisma, através do qual outra ordem de questões políticas - migração, integração, segurança nacional e internacional - são apreendidas. A denúncia dessas violências se encontra misturada a jogos políticos que ultrapassam em muito a luta contra violências sexistas, ocultando-a enquanto a manipula, o que complica o trabalho de prevenção dessas violências.

Este texto examina a maneira como o racismo manipula a denúncia do sexismo e apresenta os efeitos desses discursos sobre as pessoas que são alvo de discriminação. Sustenta que, longe de diminuir as violências sexistas, as lógicas racistas que se escondem atrás do anti-sexismo tendem a reforçá-las. Nossa demonstração se apóia em dados recolhidos durante um inquérito sobre a experiência do racismo, sexualidade e gestão dos riscos de infecção por HIV, conduzida entre 1997 e 2003 junto a 69 jovens, homens e mulheres, de idade entre 18 e 25 anos, na França (HAMEL, 2003).

A racialização das violências sexistas e a rejeição dos filhos de imigrantes

A análise das relações entre os sexos nas famílias emigrantes do Magrebe deve atentar sobretudo para a dinâmica das relações sociais racistas que conformam as interações entre essas famílias e os franceses ditos “de raiz”. O racismo atua sobre a elaboração de normas e valores que guiam as práticas dos imigrantes do período pós-colonial e seus filhos franceses. Sua relação com os franceses “de raiz” é marcada pela confrontação com preconceitos e pela existência de discriminação no acesso a empregos, moradia, saberes, cuidados e lazer.

Os emigrados magrebinos e seus descendentes franceses têm assim, em comum, o fato de serem alvos potenciais e pré-designados de um tratamento desigual fundado na aparência ou no nome, mesmo que as discriminações não se exerçam de maneira idêntica sobre cada um deles: os mais diplomados dispõem de recursos que atenuam os efeitos negativos do racismo e são menos estigmatizados do que os desprovidos de qualificação.

Simetricamente, se nem todos os franceses “de raiz” são agentes de discriminação, todos são suscetíveis de se beneficiar de um tratamento preferencial correspondente à discriminação dos migrantes e seus filhos. As práticas discriminatórias têm como efeito hierarquizar e classificar os indivíduos em dois grupos: um minoritário e inferiorizado, composto por aqueles que estão expostos às discriminações racistas; o outro, majoritário e dominante, composto por aqueles que exercem a discriminação ou são seus beneficiários potenciais. Sendo a discriminação exercida na base da cor da pele ou do nome, os dois grupos assim criados são investidos de uma conotação racial que já se encontra, aliás, nos termos “francês de raiz”, “magrebino” e “árabes”.

Membros do grupo majoritário apontam, à guisa de explicação, signos culturais diferenciadores específicos a certos membros do grupo minoritário, o que permite legitimar no nível cultural essa fronteira racializada. O crime de honra, o porte do véu, a religião, aspectos que se prestam particularmente à estigmatização, fazem parte desses traços culturais diferenciadores, mesmo que não sejam partilhados por todos os membros do grupo minoritário. A superexposição na mídia lança o descrédito sobre o conjunto de sujeitos “racializados”, suspeitos de avalizar essas práticas, o que os leva a uma alteridade cultural intransponível, pois permite declará-los “não-integráveis”, uma vez que “muito diferentes”. Esse processo justifica *a posteriori* as discriminações e ratifica, na cultura, a idéia de uma alteridade sinônima de evidente inferioridade – para não dizer natural – dos indivíduos “racializados”.

Atualmente, a condução dos emigrados magrebinos e de seus filhos a essa alteridade intransponível possui a particularidade de ser elaborada por meio da denúncia de violências sexistas e pela construção de representações específicas de homens e mulheres. As normas que regem as relações entre os sexos no seio desse grupo se constroem, assim, como reação a essa discriminação e a esses discursos.

Como se elaboram as retóricas racistas sobre questões de gênero? Desde o início de 2001, a profusão e justaposição das emissões radiofônicas sobre as comunidades de periferia deixaram claro que a violência contra as mulheres nesses ambientes seria muito mais importante que no resto da sociedade, e que a força dessa violência se explicaria pela cultura dita “árabe”³ ou “muçulmana” de seus habitantes.

Pelo viés das duas afirmativas, a denúncia de violências se tornou o suporte de alteridade desse grupo minoritário e constitui ponto de apoio privilegiado para edificar uma fronteira do tipo nós/eles que transformou o grupo em “corpo estranho” no seio da nação. Sob o entendimento de que o sexismo seria expressão de um arcaísmo fundamental, enquanto o igualitarismo sexual seria a prova de uma maneira de ser “moderna” e “civilizada”, o sexismo seria o indicador do grau de modernização e civilização dos grupos sociais.

Entretanto, a medida desse sexismo se opera a partir de elementos que impedem a comparação entre o grupo majoritário discriminador e os grupos minoritários “racializados”: o sexismo toma formas ligeiramente diferentes segundo os grupos sociais (a despeito de uma trama comum a todos) e as formas específicas de sexismo dos racialmente discriminados são ainda mais desqualificadas pelo grupo majoritário à medida que este pode operar uma comparação falsa e se prevalecer de não ser sexista.

Enfim, imputar somente ao grupo minoritário práticas sexistas comuns a todos os grupos (violação coletiva) permite ao grupo majoritário deslocar sua atenção para o grupo minoritário, em vez de proceder a uma análise aprofundada do sexismo no conjunto da sociedade.

A apresentação das violações coletivas nas periferias como um fenômeno novo e em expansão, imputável à incompatibilidade das “culturas muçulmanas” e “ocidentais”, ou seja, ao “choque de civilizações” (AMAR, 2002), é exemplo da “alteridade” da violência sexista. A expressão “jovens da periferia” permite designar, sem nomear, somente os filhos da emigração pós-colonial, em par-

ticular os originários do Magrebe. Esses jovens - cuja minoria cometeu algumas dessas violações (HAMEL, 2003, p. 434; JASPARD *et al.*, 2003, p. 209-231) - foram acusados de ser excessivamente ligados aos valores “tradicionais” de sua “cultura”, como se seu sexismo não pudesse ser explicado senão por sua presumida cultura árabe ou muçulmana. O machismo exacerbado de alguns rapazes revelou o caráter essencialmente sexista da cultura dita “árabe”, assimilada a uma cultura “arcaica” e “bárbara”. Esse argumento, que reativou a figura do “árabe violador” forjada durante a colonização, não é novo na Extrema-Direita francesa (VENNER, 1995), mas com a difusão das “revoltas” na mídia (HAMEL, 2003, p. 85-92; MUCCHIELLI, 2005) ele se difundiu com inquietante facilidade no conjunto da sociedade. Esses jovens foram assim tratados como “estrangeiros do interior”.

Esses episódios serviram ainda como prova da regressão dos direitos da mulher na França, sendo os filhos de imigrantes declarados responsáveis pelo fato (GUÉNIF-SOUILAMAS; MACÉ, 2004, p. 11). Na verdade, embora inaceitável, para falar legitimamente de “regressão” seria necessário provar que esses fatos não ocorriam antes nas mesmas proporções e que não existiriam em proporção equivalente no grupo majoritário. Ora, nenhuma dessas afirmações é correta, como demonstramos em 2003 (HAMEL, 2003). A regressão imputada ao grupo minoritário permitiu a conclusão, explícita ou implícita, de um impasse na integração dos filhos de imigrantes, ou seja, de uma integração impossível, assim como da ilegitimidade de sua presença em território francês.

O grupo majoritário, minimizando a amplitude das violências sexistas em seu meio - embora a violação e a violência conjugal estejam presentes em todos os meios sociais (JASPARD *et al.*, 2003, p. 55-99) -, destacando algumas diferenças culturais nas manifestações de sexismo (como o desejo das mulheres de se cobrir com o véu) e ao mesmo tempo ocultando a especificidade de seu próprio sexismo (a tendência a exibir a nudez feminina em quaisquer circunstâncias e a reduzi-las a objetos sexuais) construiu uma argumentação que não apenas culturaliza, mas etniciza e “racializa” as violências sexistas. Estas são concebidas como produto de uma cultura dita árabe ou muçulmana, e esta seria marcada por um alto grau de sexismo, que a atravessaria de forma atemporal e anistórica. Enfim, todo indivíduo cujo fenótipo correspondesse à cultura dita “árabe” seria automaticamente portador desse sexismo.

Em suma, a cultura dita “árabe” seria sexista em essência e os homens ditos “árabes” sexistas por natureza, o que corrobora a idéia de integração

impossível dos filhos de imigrantes. A denúncia de violências sexistas “na periferia” foi então utilizada por retóricas xenófobas contra negros e árabes.

Esses argumentos permitiram, por um lado, que os poderes instituídos justificassem o fechamento das fronteiras à imigração; por outro, que os grupos majoritários praticassem discriminações contra os elementos masculinos do grupo minoritário com algum sentimento de legitimidade.

A “Beurette⁴ emancipada”: a figura da integração bem-sucedida

Paralelamente à estigmatização dos rapazes árabes, a emergência do movimento “*Nem putas nem submissas*”, que denunciou as violências sexistas nos bairros pobres e segregados dos grandes aglomerados urbanos, foi muito bem acolhida pela mídia, pelos poderes políticos e pela população. As jovens que participam do movimento, ao contrário dos filhos de imigrantes, simbolizam a integração bem-sucedida para a sociedade global. Elas encarnam a figura da “Beurette emancipada”, ao recusar a submissão imposta por seus pais e irmãos.

Por trás dessa imagem, percebe-se que, para o grupo majoritário, a ruptura com a cultura sexista de pais e irmãos é a condição necessária para que a integração das jovens seja possível. Enquanto os jovens seriam os defensores de sua cultura, as moças, por se recusarem a ter sua liberdade cerceada e a serem tratadas de forma diferente, aparecem no imaginário coletivo dos franceses ditos “de raiz” como sendo desejosas e capazes de se integrar.

A manipulação, pelo grupo majoritário, da vontade das mulheres de se liberar dos cerceamentos patriarcais tem por efeito romper a solidariedade na qual homens e mulheres poderiam conduzir uma ação comum contra o racismo. Lembremo-nos de que, se as mulheres são menos estigmatizadas no discurso, elas não são menos discriminadas na prática: filhas e filhos de imigrantes argelinos de 20 a 29 anos com um diploma de nível médio sem emprego são, respectivamente, 36% e 39%, contra 20% e 10% de filhas e filhos de pais franceses (TRIBALAT, 1995, p. 176-177). Além disso, o recurso à denúncia de violências sexistas, de acusar os jovens de não desejarem se integrar, confere um sentido particular à revolta das mulheres contra o sexismo: essa revolta é comparada à validação da idéia racista da recusa masculina a se integrar, o que, para os homens de seu grupo, as coloca em situação de aliadas implícitas do racismo do grupo majoritário.

A integração das jovens e sua emancipação sexual

Os discursos sobre a possível integração das jovens, em oposição à integração impossível dos rapazes, colocam em jogo também a questão da sexualidade. Conduzem metaforicamente a uma erotização da figura da “Beurette”: a emancipação à qual as jovens são convidadas tem a conotação de uma verdadeira emancipação sexual. Ora, no contexto em que “rapazes árabes” (GUÉNIF-SOUILAMAS; MACÉ, 2004) se transformam em homens machistas por natureza, o apelo a se rebelar contra eles contém uma mensagem secundária: ordena que as jovens construam sua vida afetiva e sexual não com um homem do mesmo grupo delas, mas com um homem do grupo majoritário, considerado mais moderno ou menos sexista.

A sexualidade é então o lugar da avaliação dos descendentes de imigrados pelos padrões dos homens franceses ditos “de raiz”. A etnicização e a racialização das violências sexuais e sexistas inferiorizam os primeiros e os estigmatizam, e assim os segundos são transformados em homens mais desejáveis. Por conseguinte, a decisão das mulheres do grupo minoritário de escolher como parceiro um homem de seu grupo ou do outro é interpretada, respectivamente, como anulação e legitimação da menor atratividade dos homens ditos “árabes”⁵. Essa mensagem transforma cada moça de origem migrante em objeto erotizado de uma concorrência masculina na qual estão em jogo homens simbolizando categorias ditas étnicas ou raciais.

Não é necessário que os indivíduos que denunciam o sexismo da cultura dita “árabe” verbalizem ou pensem a inferiorização de uns em relação a outros para que a mensagem seja percebida por uma parte - senão pela totalidade - das jovens e jovens magrebins. A racialização e a etnicização das violências sexistas, notadamente as violações, produzem elas mesmas tal mensagem. A enunciação, pelo grupo majoritário, de discursos favoráveis às filhas de migrantes e desfavoráveis aos filhos destaca uma carga de racismo que faz da denúncia do sexismo um instrumento de sua dominação e da sexualidade um de seus espaços de expressão.

Ressaltemos que essa descrição da interconexão entre relações de dominação racistas e sexistas explica a reivindicação atual do porte do véu por algumas mulheres jovens: este, percebido como um sinal de fechamento sexual no território dos homens do grupo majoritário, pode significar - conscientemente ou não - para aquelas que o portam, uma forma de resistência a essa emancipação racista que não é emancipadora.

O sexismo identitário como produto do racismo

O controle social exercido por pais e filhos sobre a sexualidade das jovens deve ser analisado a partir de três aspectos: o sexismo que atravessa toda sociedade e grupo social; a injunção à emancipação feita aos descendentes de migrantes; e a história colonial francesa. Examinemos agora este último ponto, a fim de apreender o percurso migratório dos pais e realocar o sexismo hoje observável em algumas famílias na sua genealogia histórica.

As legislações dos países do Magrebe restringem em diversos graus os direitos das mulheres, colocado-as em *status* de inferioridade e criminalizando a sexualidade extraconjugal. Os códigos da família são produto de um sistema patriarcal que já existia antes do período colonial, mas sua codificação no direito positivo após as independências se inscreveu, da mesma forma, numa onda de reações à colonização (DAOUD, 1996). É necessário dizer que os colonizadores franceses haviam erotizado as mulheres nativas, reproduzindo-as desnudas em cartões postais (TARAUD, 2003); que o exército francês havia organizado a prostituição dessas mesmas mulheres para “divertir” seus soldados (TAAUD, 2003); e que a prática de violações fazia parte dos meios postos em ação para torturar as mulheres da Resistência ou fazer seus maridos falarem⁶.

A sexualidade havia sido, portanto, um dos pontos de exercício de poder do colonizador, sobretudo na Argélia. Os colonizadores tentaram quebrar as capacidades de resistência das sociedades colonizadas, ganhando a cumplicidade das mulheres, chamadas a se libertar do jugo de seus maridos e a se revoltar contra sua pátria. Paralelamente, os homens eram descritos como “vampiros sádicos”, praticantes de barbaridades contra suas esposas.

Como alvo do discurso emancipador dos colonizadores, as mulheres que militavam, no momento da independência, para melhorar seu estatuto jurídico e obter igualdade de direitos, foram chamadas de traidoras, devido a seu “assimilacionismo ou desejo de ocidentalização” (DAOUD, 1996). Seu lugar na família se tornou, assim, o centro de discursos nacionalistas: manter as mulheres em inferioridade estatutária e controlar sua sexualidade pela evocação ao Islã, novamente proclamado religião de Estado por oposição ao colonialismo, perpetuava a oposição ao colonialismo, mas acentuava também o pensamento patriarcal preexistente, encerrando-o na identidade nacional emergente.

Se é evidente que, entre imigrantes vindos para a França depois da descolonização, alguns deixaram seu país para escapar ao endurecimento

progressivo das normas que regiam as relações entre os sexos, também é evidente que outros o impregnaram com esse universo de pensamento. Os homens imigrantes são apresentados atualmente como pais reacionários, sexistas em relação a suas esposas e filhas. Por sua vez, estas últimas são chamadas a se emancipar e seus irmãos são identificados como delinquentes, ou até mesmo como violadores.

Enquanto o projeto de um retorno ao país de origem foi abandonado por muitos, alguns pais mantiveram o olhar voltado para seu país de origem, no que diz respeito à educação de suas filhas, tanto que se referem aos valores que lá prevalecem - ou prevaleciam - mais do que aos vigentes na França. O desejo de autonomia expresso por suas filhas é às vezes percebido como uma legitimação do racismo, o que leva, por sua vez, a um recrudescimento da vigilância. As práticas educativas discriminatórias em relação às jovens se distinguem, portanto, do sexismo em curso no seio do grupo majoritário: trata-se de um sexismo que se pode qualificar de identitário, uma vez que se inscreve num processo defensivo em relação ao racismo.

A virgindade e a escolha do cônjuge: recursos identitários

O sexismo se traduz pelo controle da sexualidade das jovens, geralmente convidadas a respeitar o princípio da virgindade, enquanto este imperativo praticamente não se exerce sobre os jovens. Essa regra existe em contextos não marcados pela colonização ou pelo racismo, portanto não se trata aqui de explicar sua origem, inegavelmente ligada ao pensamento patriarcal. Nossa proposta visa principalmente a explicar por que os pais continuam a atribuir tanta importância à virgindade de suas filhas no quadro da migração, enquanto se podia esperar que tal norma perdesse seu caráter essencial, uma vez que já residem na França há muitas décadas.

A pesquisa sobre a entrada dos jovens na sexualidade, realizada em 1994, atesta o fato de que as jovens são educadas no sentido de respeitar a virgindade: aos 18 anos, somente 45,8% das jovens entrevistadas, que tinham um ou dois pais emigrados do Magrebe, já haviam tido algum relacionamento sexual, contra 70,3% daquelas com os dois pais franceses, e contra 79,1% dos rapazes de pais magrebinos (LAGRANGE; LHOMOND, 1997, p. 41).

A manutenção dessa norma faz parte das reações às retóricas racistas: num clima social em que os imigrantes magrebinos e seus filhos franceses se

envergonham de sua cultura e de si próprios, pela denúncia de traços culturais sexistas, o eventual desejo dessas moças de transgredir a regra pode ser interpretado como uma forma de legitimar o discurso racista e, assim, negar seus pais, sua história e cultura, seu grupo, seu ser...

Zohra, uma estudante de Letras, 21 anos de idade, precisou discutir longamente com seus pais para que eles aceitassem suas saídas à noite, pois eles se inquietavam com a perda de sua virgindade. Em suas palavras:

Para nossos pais, estamos nos esquecendo deles quando queremos ver as coisas evoluírem. Para eles, tudo é questão de tradição, religião, honra. Sobretudo honra, eles dizem: “Viemos para a França, mas isto não é uma razão para fazer como eles!”. Na verdade, eles não querem que nos integremos [...] mas sabe, se realmente eu abandonasse meus estudos e os escutasse, de certo modo eles ficariam decepcionados também. Então é necessário fazer também coisas contra eles e, apesar de tudo, eles estão contentes, mas é cansativo, porque eles nos reprovam: “Atenção à família! É necessário manter a linha...”

O medo dos pais, de ver suas filhas negá-los, torna-se inteligível se for referenciado aos discursos que as impelem, por um lado, a se integrar, operando uma ruptura familiar, e por outro, a se emancipar sexualmente com homens do grupo majoritário. Esse medo participa da preservação da importância atribuída à virgindade e honra familiar, e contribui para perpetuar o controle social.

A escolha do cônjuge constitui um ponto a partir do qual se exerce o controle da sexualidade das jovens. Em 1992 a pesquisa *Mobilidade geográfica e inserção social* (TRIBALAT; RIANDEY; SIMON, 1992) revelou que 15% das francesas de 20 a 29 anos de idade, nascidas de pais argelinos, tinham cônjuge francês com dois pais franceses, enquanto 50% dos franceses filhos de pais argelinos tinham uma esposa francesa com dois pais franceses (TRIBALAT, 1995, p. 78). Esse desequilíbrio mostra como a sexualidade das meninas e dos rapazes recebe tratamento diferenciado no seio das famílias. Entre as 27 jovens entrevistadas, 23 declararam não poder aspirar a um casamento com um francês dito “de raiz” sem arriscar romper com seus pais e quatro possuíam uma irmã mais velha que havia sido “banida da família” por esta razão. No entanto, três outras jovens declararam que suas mães lhes garantira o direito de escolher elas mesmas seu futuro marido, qualquer que fosse o pertencimento “étnico” dele.

Ressalta-se, da mesma forma, que a estigmatização se abate frequentemente sobre aquelas que escolhem viver com um francês dito “de raiz”: Seif, estudante de Licenciatura em Árabe, se recusa a interferir na vida amorosa de sua irmã e não dá a menor importância à virgindade de sua futura esposa. Ele explica por que o casamento “misto” de sua irmã seria sentido como uma traição:

É necessário ter origem do Magrebe! Um muçulmano, em primeiro lugar, magrebino, em segundo. Um marroquino seria ainda melhor! (risos) Se for um francês, isto apresentará muitos problemas. Meus pais o tratariam muito mal. Ela terá que se preparar para romper com a família e nunca mais ver certas pessoas. É uma questão de pertencimento. Primeiro, aos pontos básicos: à religião, à cultura, a tudo. Para meus pais, somos marroquinos e ponto final! Não somos franceses. Quer se esteja aqui ou acolá, isto não muda nada, somos árabes na França. Para eles, integração não existe, não quer dizer coisa alguma. Integração na sociedade francesa, eles não querem isto. Eles entendem que nossa vida é aqui, mas ficamos entre nós! Não é possível que seja com qualquer um [...] meu pai não poderia dizer a seus irmãos, a seus amigos de lá, conterrâneos, que sua filha se casou com um francês. Ele não poderia, apenas pela honra. É a honra! A filha se casa com um francês... É uma *puta*! Ela será considerada uma *puta* por se entregar.

Para apreender realmente o que os pais de Seif pensam sobre a escolha do cônjuge de sua filha, e para entender o que significa a fórmula “integração, isto não existe”, é preciso saber que eles estimularam os filhos, rapazes e moças, a estudar muito, e que eles não pensam em retornar ao Marrocos. Seif explica: “Hoje meu pai é muito francês por dentro, ele jamais retornaria!”.

Ora, embora o pai de Seif tenha adotado valores franceses, ele se sente muçulmano ou marroquino quando se trata da integração de seus filhos ou, mais precisamente, da sexualidade de sua filha. Seif explicou, ainda, que a perda da virgindade de sua irmã não a desonraria frente a seu pai se ela se casasse com um jovem de origem magrebina. Ao contrário, um casamento com um francês a mergulharia na desonra, mesmo se ela houvesse se mantido virgem.

A virgindade tem, portanto, importância secundária em relação à pertinência dita “étnica” do cônjuge. É porque um casamento “misto” significaria que sua filha estaria legitimando a estigmatização que cerca todos os homens

ditos árabes, apresentando-os como menos desejáveis do que os franceses. Assim o termo “integração”, associado pelo grupo dominante ao casamento “misto” das jovens, implica o banimento do pai a uma inferioridade “racial”. Subentende-se uma desumanização e imagina-se que isto seja difícil de suportar. É então contra sua filha que ele se volta, já que não pode fazê-lo contra o grupo dominante. A desonra diz respeito sobretudo à traição identitária e ruptura de laços de solidariedade com os homens do grupo minoritário. A importância atribuída ao princípio da virgindade no contexto migratório corresponde ao desejo de evitar os casamentos “mistos”, mais do que ao desejo de proibir toda sexualidade pré-marital às jovens.

Controle social das jovens e violências sexistas

O estudo dos discursos midiáticos e dos dados etnográficos mostra que a sexualidade é socialmente construída por relações sociais racistas: manipulando a divisão de gêneros, confere-se às escolhas sexuais das mulheres a significação de uma validação ou invalidação dos discursos racistas. Uma vez que a sexualidade constitui um foco particular para o grupo minoritário, o controle social exercido sobre elas tende a recrudescer, às vezes resultando no uso da violência.

É um erro afirmar que o controle dessa violência provém de um “supersexismo” atemporal característico da cultura dita “magrebina” ou “muçulmana”, em relação a outras culturas. Se essa cultura, como qualquer outra, toma por base a hierarquização de sexos, não se pode pretender que o sexismo que a atravessa não tenha sofrido variações ao longo dos séculos ou que ela não seja suscetível de sofrer transformações. Por outro lado, pode-se afirmar com certeza que esse caráter exacerbado do sexismo entre alguns homens emigrados do Magrebe e de alguns de seus filhos franceses, observável hoje, se explica em parte pelo racismo que caracteriza o contexto sócio-histórico atual: apresentando os homens emigrados do Magrebe e seus filhos nascidos na França como homens machistas por natureza, esse racismo tende, como vimos, a fazer com que alguns se configurem de acordo com esse “retrato mítico”.

Referências

AMAR, P. *On aura tout lu!*. “L’islam est-il soluble dans la République?”. Documentário transmitido pelo canal France 5, 16 e 19 nov. 2002.

CLANCY-SMITH, J. Islam, gender, and identities in the making of French Algeria, 1830-1962. In: CLANCY-SMITH, J.; GOUDA, F. (Ed.). *Domesticating the empire: race, gender, and family life in French and Dutch colonialism*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1998. p. 154-174.

DAOUD, Z. *Féminisme et politique au Maghreb: sept décennies de lutes*. Casablanca: Eddif, 1996. 409 p.

FANON, F. L’Algérie se dévoile. In: _____. *L’an V de la révolution algérienne*. Paris: Découverte, 2001. p. 16-50.

GUÉNIF-SOUILAMAS, N.; MACÉ, E. *Les féministes et le garçon arabe*. La Tourd’Aigues: Aube, 2004.

HAMEL, C. Faire tourner les meufs: les viols collectifs: discours des médias et des agresseurs. *Gradhiva*, n. 33, p. 85-92, 2003.

_____. *L’intrication des rapports sociaux de sexe, de “race”, d’âge et de classe: ses effets sur la gestion des risques d’infection par le VIH chez les Français descendants de migrants du Maghreb*. Tese (Doutorado em Antropologia). Paris : EHESS, 2003. 720 p.

JASPARD, M. et al. *Les violences envers les femmes en France: une enquête nationale*. Paris: Documentation Française, 2003. 370 p.

LAGRANGE, H.; LHOMOND, B. (Orgs.). *L’entrée dans la sexualité: le comportement des jeunes dans le contexte du sida*. Paris: Découverte, 1997. 431 p.

MUCCHIELLI, L. *Le scandale des “tournantes”: dérives médiatiques, contre-enquête sociologique*. Paris: Découverte, 2005. 124 p.

TARAUD, C. *Mauresques: femmes orientales dans la photographie coloniale, 1860-1910*, Paris: A. Michel, 2003, 144 p.

_____. *La prostitution coloniale, Algérie, Tunisie, Maroc, 1830-1962*. Paris: Payot, 2003, 496 p.

TRIBALAT, M. *Faire France: une grande enquête sur les immigrés et leurs enfants*. Paris: Découverte, 1995. 231 p.

TRIBALAT, M.; RIANDEY, B.; SIMON, P. *Mobilité géographique et insertion sociale*. Paris: INED, 1992.

VENNER, F. Femmes d'extrême droite: discours et militantes. In: DORE-AUDIBERT, A.; BESSIS, S. (Orgs.). *Femmes de Méditerranée: politique, religion, travail*. Paris: Khartala, 1995, p. 143-155.

ZEHRAOUI, A. Images de l'autre: la population d'origine maghrébine au regard de la société française. *Migrations Société*, n. 54, novembre-décembre 1997, p. 7-20.

NOTAS

* Pós-doutora em Sociologia e pesquisadora, no Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED), França. Endereço eletrônico: christelle.hamel@ined.fr.

¹ No original: “De la racialisation du sexisme au sexisme identitaire”. Publicado em *Migrations Société*. Dossier: femmes dans la migration, v. 17, n. 99-100 mai-août 2005, p. 91-104. Tradução de Jane Dutra Sayd e Ana Silvia Gesteira. Revisão técnica de Laura Moutinho e Michel Bozon.

² N.T.: Magrebe é a denominação dada à região situada no noroeste africano conhecida pelos antigos como África Menor. De ocupação predominantemente árabe e berbere, corresponde atualmente a Argélia, Tunísia e Marrocos.

³ Deve-se observar que o termo “árabe” designa, dentro do grupo majoritário, um grupo de pessoas que não se autodefine necessariamente como tal.

⁴ N.T.: *Beurette* é o termo empregado, na gíria, para designar as jovens árabes nascidas na França de pais imigrantes.

⁵ Para o leitor que achar exagerado tal revelação, transcrevemos a seguir o que uma jovem nascida numa família magrebina nos disse após a apresentação oral do presente texto, em maio de 2004: “É a primeira vez que escuto algo que diz tanto respeito a mim. É de fato o que tenho experimentado. E, perdoe-me por te dizer essas coisas, mas isso é raro, partindo de uma francesa”. E ela acrescentou: “Somos obrigadas a inventar um novo feminismo, porque ao mesmo tempo temos que defender nossos homens, o que é paradoxal!”.

⁶ Segundo testemunho da Sra. Ighilariz, no documentário realizado por Patrick Rotman, *L'ennemi intime*, transmitido no dia 6/3/2002 no canal France 3.

ABSTRACT

From Racialization to Identitary Sexism among Immigrants in Contemporary France

This paper analyzes the way racism manipulates accusations of racism, and presents the effects of such discourses on discriminated individuals. It argues that, far from reducing sexist violence, the racist logic concealed by anti-sexism tends to reinforce it. Our theses is based on data collected in a survey on experiences of racism, sexuality and HIV-infection risks management, carried out from 1997 to 2003, among 69 young males and females, aged 18-25 years, in France.

Key words: Racism; sexism; sexuality; immigration; France.